

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.743 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S)	: MARA DA SILVA QUINTANA
RECTE.(S)	: CRISTIANO NIEWIEROWSKI
ADV.(A/S)	: ROSSANO LOPES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MIRTA VILLAS-BÔAS FERRARI
ADV.(A/S)	: LÚCIA VILLAS-BÔAS DIAS CABRAL

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO QUAL NÃO SE INFIRMAM TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA: INVIABILIDADE. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base na al. *a* do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. AÇÃO RENOVATÓRIA DE ALUGUEL. CONTRATO VERBAL. PRELIMINAR REJEITADA. CASO CONCRETO. MATÉRIA DE FATO. PURGA DA MORA NÃO VERIFICADA NA ESPÉCIE. DIREITO DE INDENIZAÇÃO E RETENÇÃO POR BENFEITORIAS.

As benfeitorias devem ser aduzidas, avaliadas e provadas, o que não ocorreu na espécie. Apelo desprovido”.

2. Os Agravantes alegam contrariados os arts. 5º, inc. LV, e 93, inc. IX, da Constituição da República.

ARE 918743 / RS

3. O recurso extraordinário foi inadmitido sob os fundamentos de incidência da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal e de ausência de ofensa constitucional direta.

4. No agravo, os Agravantes sustentam a ofensa constitucional direta à Constituição da República.

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

5. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisam-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

6. Razão jurídica não assiste aos Agravantes.

7. Os Agravantes não infirmaram o fundamento da decisão agravada relativo à incidência da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal, suficiente a manter a higidez do julgado.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal consolidou-se no sentido de dever ser negado seguimento ao agravo no qual não se impugnam todos os fundamentos da decisão agravada:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

A Agravante tem o dever de impugnar, de forma específica,

ARE 918743 / RS

todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não provimento do agravo regimental” (AI n. 681.329-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 2.10.2009).

Nada há a prover quanto às alegações dos Agravantes.

8. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo** (art. 544, § 4º, inc. I, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora